



# PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO

## RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2018

CÂMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Navegantes - SC

PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO (Art. 9º, 14, § 1º)

I - INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A UNIDADE E RESPECTIVOS RESPONSÁVEIS:

a) Informações Gerais:

Entidade:	Câmara de Vereadores de Navegantes
CNPJ:	83.551.531/0001-08
Endereço:	Rua Ezequiel Antero Rocha, 315 – Centro/Navegantes/SC
Telefone:	(47) 3342-1818
E-mail:	camara.munip@terra.com.br
Sítio Eletrônico:	www.cvnavegantes.sc.gov.br

b) Rol dos Responsáveis:

Nome	Alício Jacob Ricobom Filho
CPF	683.382.449-53
Cargo/Função	Presidente do Legislativo
Período de gestão	de janeiro à dezembro de 2018
Ato Nomeação e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2018, 15/12/2017
Ato Exoneração e data	Ata de eleição de posse da mesa diretora 2019, 17/12/2018
Endereço Residencial	Rua Orlando Ferreira, 415 – Gravata/Navegantes/SC
E-mail	vereadorlicoricobom@hotmail.com

c) Estrutura organizacional, incluindo conselhos, quando existentes:

1x Agente de Serviços Gerais  
1x Assessor Contábil  
1x Assessor de Comunicação Social  
10x Assessor de Gabinete  
1x Assistente Contábil  
1x Assistente Legislativo  
1x Chefe do Gabinete da Presidência  
1x Coordenador Financeiro  
1x Diretor Administrativo  
1x Procurador Geral  
10x Vereador  
1x Vereador Presidente

d) Competências institucionais, indicando as normas legais e regulamentares correspondentes:

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município, cabe à Câmara Municipal de Vereadores (art. 27):

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de receitas;
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito e dívida pública;
- III - fixação e modificação dos efetivos da guarda municipal;
- IV - planos e programas municipais, distritais e secretarias de desenvolvimento;
- V - transferência temporária da sede do Governo Municipal;
- VI - organização administrativa e respectivas reformas;
- VII - criação transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;
- VIII - aquisição, administração, alienação, arrecadamento e cessão de bens imóveis do Município;
- IX - prestação de garantia, pelo Município, em operação de crédito a seu favor ou a seus órgãos da administração direta, indireta, ou fundação instituída pela municipalidade;
- X - criação, incorporação, fusão e desmembramento de distritos;
- XI - procedimentos em matéria fiscal da competência do Município;
- XII - proteção, recuperação e incentivo à preservação do meio ambiente, respeitadas as legislações estadual e federal;
- XIII - disciplinamento das áreas urbanas do Município;
- XIV - conceder títulos honoríficos e homenagear pessoas.

São ainda competências privativas da Câmara Municipal de Vereadores (art.28):

- I - eleger sua mesa;
- II - emendar esta Lei Orgânica;
- III - autorizar referendo e convocar plebiscito, mediante solicitação subscrita por no mínimo dois terços de seus membros;
- IV - resolver sobre acordos ou atos intermunicipais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;
- V - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos, e:
  - a) conhecer de suas renúncias;
  - b) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para interromper o exercício de suas funções;
  - c) conceder-lhes ou recusar-lhes licença para se ausentarem do País, e do Município para dentro do País quando a ausência exceder a quinze dias.
- VI - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;
- VII - mudar temporariamente sua sede;
- VIII - Fixar subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõe a Constituição Federal nos

arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016)

IX - apreciar e julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito, inclusive os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XI - fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos da administração direta e indireta do Município;

XII - manter uma comissão de fiscalização dos gastos públicos, com amplos poderes de controle e vistoria, conforme o estabelecido em lei;

XIII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face das atribuições normativas do Poder Executivo;

XIV - suspender, no todo ou em parte, a execução de lei municipal declarada ilegal ou inconstitucional por decisão do Tribunal de Justiça do Estado;

XV - solicitar, quando couber, intervenção estadual no Município;

XVI - pronunciar-se sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas do território municipal, quando solicitado pela Assembleia Legislativa, a quem de direito;

XVII - promover, na forma da lei federal, ou por deliberação da maioria absoluta dos membros, a instauração de processo contra o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e funcionários do primeiro escalão do governo do Município, decretando a perda do mandato e/ou cargos, na forma da lei;

XVIII - proceder a tomada de contas do Prefeito Municipal quando não apresentadas dentro de sessenta dias da abertura anual da sessão legislativa;

XIX - elaborar o seu Regimento Interno;

XX - dispor sobre sua organização, funcionamento criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação das respectivas remunerações, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXI - conceder licença aos Vereadores;

XXII - votar propostas de emendas à Constituição Estadual.

XXIII - Fixar o subsídio dos Vereadores, o qual será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observados os critérios estabelecidos nesta Lei Orgânica e os limites máximos dados pela Emenda Constitucional nº 25 de 2000. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 2/2016).

## II - INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE:

a) Programas de governos sob a responsabilidade da unidade jurisdicionada:

1 e 2- Planejamento e Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da Unidade:

Situação orçamentária:

Cód. Prog.	Título do Programa	Orç. Inicial	Orç. Atualizado	Liquidado	Saldo	% Aplic. do Orç.
1126	Construção da Nova Sede da Câmara de Vereadores	500.000	380.000	-	380.000	0,00%
2119	Manutenção e Funcionamento da Câmara de Vereadores	4.340.061	4.340.061	3.872.231	467.830	89,22%
<b>Total Geral</b>		<b>4.840.061</b>	<b>4.720.061</b>	<b>3.872.231</b>	<b>847.830</b>	<b>82,04%</b>

Situação metas físicas:

Cód. Prog.	Título do Programa	Meta Física - Exercício 2018				Realizado			
		Produto	MT	KM	UN	MT	KM	UN	% EXEC
1126	Construção da Nova Sede da Câmara de Vereadores	Imóvel			1			-	0%

Obs: a não parametrização dos programas entre o orçamentário e metas físicas são em virtude das mudanças que ocorreram no orçamento durante o ano e não está sendo considerado nas metas físicas os programas de manutenção e funcionamento do órgão/unidade gestora.

3- Contingenciamento de despesas no exercício:

Decreto nº	Despesa	Razões	Efeitos/Consequências
Decreto 156/2018	I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias como convênios, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;  II - Obras em geral, desde que ainda não iniciadas.	a) o não atingimento das metas de arrecadação estabelecidas até o final do 3º bimestre do exercício de 2018;  b) a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira das despesas do orçamento municipal 2018, constantes da Lei Orçamentária Anual (Lei nº 3251 de 12 de dezembro de 2017) e suas alterações, com o objetivo de manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas e o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício financeiro;  c) que o não atingimento das metas refere-se apenas às receitas de capital, mais especificamente, recursos de operações de crédito não realizadas;	Limitação de Empenho
Decreto 115/2018	Contratação de pessoal	Gastos com pessoal dentro do limite prudencial	Limitação de empenho

4- Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2018.

5- As razões e/ou circunstâncias para permanência de Restos a Pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro:

Não houve permanência de restos a pagar processados ou não processados por mais de um exercício financeiro para esta unidade gestora.

### III – INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS E TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA:

a) Quadro de pessoal, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) ocupantes de cargos efetivos, comissionados, empregos públicos, contratados por tempo determinado (Art. 37, IX, CF), conselheiros tutelares e estagiários, discriminando os comissionados que são titulares de cargo efetivo ou emprego público, bem como os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Vínculo	Quantidades/Mês											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público												
Agentes Públicos Militares Ativos												
Membros ativos de Poder ou órgão												
Agentes Políticos com Mandato Eletivo	11	10	10	12	10	10	10	10	10	11	10	10
Serv. Ocup. de cargo/emprego em comis. na UG com vínculo efetivo com o Ente												
Serv. ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	13	15	14	14	14	14	14	14	16	17	14	14
Servidores contratados por tempo determinado												
Estagiários												
Servidores recebidos à disposição de outras Unidades Gestoras												
Servidores cedidos para outras Unidades Gestoras												
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo												
Servidores cedidos para outras esferas de Governo												
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários												
Conselheiros Tutelares												
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>29</b>	<b>31</b>	<b>33</b>	<b>29</b>	<b>29</b>

Vínculo	Despesa Mensal da Folha de Pagamento por Vínculo/Mês												Total
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	
Agentes Públicos Cíveis Ativos (servidores) ocupantes de Cargo Efetivo	65.901	43.979	44.836	44.294	44.294	61.733	44.833	44.633	53.560	44.433	44.433	68.873	605.801
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Emprego Público													
Agentes Públicos Militares Ativos													



c) demonstrativo dos benefícios previdenciários, informando a quantidade de agentes públicos (agentes políticos, servidores e militares) inativos/aposentados, de pensionistas e de complementações de aposentadoria ou pensão ao valor percebido do Regime Geral da Previdência Social, pagos pelo tesouro, contendo os valores consolidados na folha de pagamento, mês a mês:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

d) discriminação da remuneração mensal e anual paga aos membros de diretoria, de conselho de administração e de conselho fiscal, incluindo bônus, participação em lucros e a qualquer outro título:

Informação facultativa conforme disposto na Portaria nº N. TC 0537/2018.

#### IV - INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE, DISCRIMINANDO VOLUME DE RECURSOS TRANSFERIDOS E RESPECTIVOS BENEFICIÁRIOS.

Não houve transferências de recursos a terceiros mediante convênios, termos de parceria ou de cooperação ou instrumentos congêneres no exercício de 2018 por parte desta unidade gestora.

#### V – INFORMAÇÕES SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS:

a) informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviço	Despesa Realizada
Tomada de Preço	52.553,78	0	0	<b>52.553,78</b>
Pregão Presencial	0	10.807,85	151.169,40	<b>161.977,25</b>
Dispensa de Licitação (Art.24,I e II)	0	41.586,15	221.999,11	<b>263.585,26</b>
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)	0	0	1.500,00	<b>1.500,00</b>
<b>Total</b>	<b>52.553,78</b>	<b>52.394,00</b>	<b>374.668,51</b>	<b>479.616,29</b>

Fonte: Betha Sapo, relatórios in-20 anexo V, item V-a



b) indicação do órgão de imprensa oficial, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei nº 8.666/1993:

b) Indicação do órgão de imprensa oficial:	
Nome do Órgão/Empresa:	CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
Pessoa de Contato:	Fiscal Contrato: Arlson Luiz Moraes - (Titular) Tatiana De Alencar Carlini - (Suplente)
CNPJ:	09.427.503/0001-12
Endereço:	R. General Liberato Bittencourt, 1885 - Sala 102
E-mail:	ciga@ciga.sc.gov.br
Telefone:	(48) 3321-5300
Ato legal instituindo a atividade:	Contrato Nº.:372/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 182/2015 PMN.

## VI - INFORMAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS PELO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO E AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS (OU NÃO) NO EXERCÍCIO, DEMONSTRANDO:

a) recomendações expedidas no exercício (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos;

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

b) recomendações pendentes de atendimento e justificativas para o seu não cumprimento (descrição da recomendação; providências adotadas, setor responsável pela implementação, síntese da providência adotada e dos resultados obtidos).

Não foram emitidas recomendações para esta unidade gestora neste período.

## VII - ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS A CONTRATO DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO (EXIGÍVEIS SOMENTE PARA OS ÓRGÃOS ENCARREGADOS DA SUPERVISÃO DESTES CONTRATOS, NO ÂMBITO DO ESTADO E DOS MUNICÍPIOS):

Não há contratos de gestão vigentes no exercício de 2018 para esta entidade.

## VIII - AVALIAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA CELEBRADOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA (EXIGÍVEL SOMENTE PARA AS UNIDADES JURISDICIONADAS QUE FIRMARAM TERMO DE PARCERIA)

Não foram celebrados termos de parceria no exercício de 2018 para esta entidade, bem como não havia qualquer termo de parceria vigente no referido exercício.

Navegantes, 31 de Dezembro de 2018.

Alício Jacob Ricobom Filho  
Presidente do Legislativo